

Livro Didático de História 1º e 2º Anos Iniciais do Ensino Fundamental e as Temáticas Indígenas e Afro- Brasileira

Fabiola Kened Monteiro Nascimento ¹

Elizabeth dos Santos Maria Câmara ²

Margareth Maria de Melo ³

INTRODUÇÃO

O Livro Didático (LD) é um recurso utilizado pelas escolas brasileiras para ensino de seus alunos, muitos estudos sobre o LD apontam diversos aspectos positivos e negativos presentes desde a sua concepção até sua venda, distribuição e utilização na sala de aula. No entanto, em muitas salas de aulas e para um significativo grupo de estudantes é o único material de leitura presente na sua vida, então ainda de grande influência na formação cidadã destes sujeitos. Neste estudo observamos que seus conteúdos estão relacionados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), normativa reguladora do currículo do ensino fundamental, aprovada em 2017. Para este artigo trabalharemos com os livros do 1º e 2º ano do ensino fundamental de História, da coleção Ápis, editora Ática, de 2017.

Será que o LD ao abordar as temáticas da identidade e diversidade contempla as questões étnico-raciais? Como tratar sobre esse tema com crianças do 1º e 2º ano? Segundo as propostas do ensino de história presentes na BNCC (Brasil, 2017), inicia-se o estudo da história pelo “eu”, “meu mundo pessoal”, olhar a própria origem, o eu que é diferente do outro na sala de aula, por exemplo, a vivência e socialização sobre cada pessoa vai levar a percepção que cada um tem a sua história e é diferente. Essas diferenças devem ser trabalhadas no cotidiano escolar como algo positivo, que ajuda cada pessoa a se ver fazendo parte de um contexto, de grupos sociais e da convivência em comunidades.

Nesta pesquisa o objetivo geral foi analisar como as temáticas indígenas e afro-brasileira foram trabalhadas nos conteúdos dos livros didáticos e, especificamente, objetiva-se verificar se os livros didáticos estão contemplando as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, observar como imagens, textos, atividades que são direcionadas sobre os povos indígenas e a população negra são tratados/as nos livros didáticos. Na sequência discutiremos como foram desenvolvidas essa parte da pesquisa.

¹ Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, fabyolaseria24@gmail.com;

² Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, camaraelizabeth8@gmail.com;

³ Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual DA Paraíba-UEPB, margarethemelo@servidor.uepb.edu.br;

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo do livro didático é uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter descritivo e qualitativo. A análise de conteúdo serviu de base para sistematização dos dados que envolveram textos, imagens e atividades dos livros didáticos, do 1º e 2º ano de História dos anos iniciais do ensino fundamental, da coleção Ápis, editora Ática, do ano de 2017.

Os livros analisados foram os manuais do professor que apresentam orientações didáticas, sugestões de leituras complementares e atividades, destaca as habilidades estabelecidas pela BNCC (Brasil, 2017), para cada atividade propõe qual habilidade deve ser trabalhada.

Foram estudadas as normativas sobre a temática, lei n. 10.639/2003, (Brasil, 2003), lei n. 11.645/2008 (Brasil, 2008), as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, (BRASIL, 2004) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (Brasil, 2017). Elas serviram de referência para busca de como a temática étnico-racial estava sendo tratada nos LD, além de diversos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura indígena e negra faz parte da história da sociedade brasileira, discutir sobre a nossa origem enquanto povo remete, segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), a olhar para influência dos povos indígenas, africanos e europeus, porém, o apagamento dos corpos indígenas e negros ao longo do tempo é traduzido no contexto histórico da construção do Brasil. As diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Brasil, 2004) afirmam a necessidade de tratar sobre a reparação, reconhecimento e valorização das culturas negra e indígena e sua contribuição histórica. Ao olhar para origem das pessoas essa diversidade étnico-racial deve ser destacada de forma positiva.

A BNCC (Brasil, 2017) aborda como temática para o 1º e 2º ano do ensino fundamental a identidade e a diversidade, o estudo da história a partir da experiência de fazer história, cada sujeito, buscando junto a suas famílias como foram seus primeiros anos de vida, como suas famílias foram construídas e a socialização dessas experiências em sala de aula, provoca uma troca de saberes, culturas, expressões da diversidade que existe no país.

Constatamos que o LD contempla essa reflexão da diversidade étnico-racial, pois ao observar a quantidade de imagens de pessoas brancas, negras e indígenas, percebemos

que foi significativo, porém a maioria é de pessoas brancas, em contraste ao número de pessoas negras e indígenas. No livro do 1º ano foram contabilizadas: 271 pessoas brancas, 36 indígenas e 97 pessoas negras e no livro do 2º ano foram contadas: 163 brancos, 20 indígenas e 91 pessoas negras. Parece existir um degrau de diferença na disposição destes sujeitos no cenário nacional, nos fazendo refletir diante dessa situação, como deve ocorrer na prática uma educação antirracista? Será que o LD quer mostrar a branquitude como superior?

Candau (2008) ressalta que o “multicultural nos coloca de modo privilegiado diante dos sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades” (CANDAU,2008, p.17), Então, destacar a diversidade cultural é um dos primeiros passos para enfrentamento da branquitude. A maioria das nossas salas de aulas mostram essa diversidade. Se a maioria da população brasileira é parda e preta, isto é, negra, por que nos livros didáticos o negro aparece como minoria? O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (Brasil, 2022) disponibilizou os dados do censo de 2022 em que a população parda 92.083.286, preta 20.656.458 e indígena 1.227.442 , representam dados primordiais para identificarmos como a população se auto identifica como ser humano, por que os dados dos livros didáticos continuam trazendo suas imagens distantes da realidade?

DIVERSIDADE - Um é magrelo, outro é gordinho, um é castanho, outro é ruivinho. (...) De pele clara, de pele escura um, fala branda, o outro, dura. Olho redondo, olho puxado (...), bem diferentes (...), todos são gente. Tatiana Belinke. Diversidade. São Paulo: Quinteto Editorial, 1999. P.6, 22, 24,32. (Charlier; Simielli, 2017a, p. 44)

No capítulo 3 do livro do 1º ano aparece o poema Diversidade, citado acima e como proposta a leitura e discussão sobre boa convivência e o respeito às diferenças, esse poema permite ser tratado as questões da educação para as relações étnico-raciais. No texto as diferenças físicas são presentes, mas nas orientações só aparece o respeito e não a valorização das diferenças, em outras páginas as diferenças são tratadas como uma temática para enfrentamento do bullying e do preconceito. Em nenhum momento se reflete sobre a valorização étnico-racial, nas orientações para o corpo docente, não se remete as questões de cor e esse é um problema comum nas turmas do primeiro ano, quando as crianças são estimuladas a desenhar e pedem o lápis cor de pele. Será que nossas/os professoras/es sabem lidar com essa situação?

O que significa esse silenciamento sobre a cor da pele? Os traços físicos aparecem no poema, mas não são explorados. Tratar o valor de ser negro e indígena seria um primeiro passo para enfrentamento do racismo presente no cotidiano escolar. Como tratar o reconhecimento que essas populações significam na sociedade brasileira se a nível

individual, pessoal não se destaca as características físicas de forma positiva. Como superar o modelo de beleza do branco na estética dos corpos? Essa percepção abre espaço para a reflexão e observação do processo educacional brasileiro, que não pode ser omissivo diante da temática étnico-racial e deve estar em constante revisão nos materiais didáticos escolares, em favor de atender ao que se espera da educação antirracista, sobretudo num recorte do ensino de história.

Conforme corrobora Mendes e Santos (2021),

Infelizmente, o racismo existe sim, e não basta fechar os olhos diante dele ou dizer que não é racista, é preciso mudar nossas concepções, ter atitudes positivas e amigáveis perante os negros, lutar contra qualquer forma de discriminação e ajudá-los a encontrar seu lugar e seu espaço em uma cultura que não é somente do branco, do índio ou do negro, mas de todos nós, pois se o negro existe e é gente, precisa ter vez, ter voz e ter direito de usufruir também de tudo o que o Brasil tem a oferecer aos seus filhos, sem distinção de raça, de credo, de gênero ou de cor, principalmente uma educação antirracista que promova a igualdade (Mendes; Santos, 2021, p. 6).

Segundo a citação acima, não se deve ignorar as expressões de racismo no cotidiano escolar, elas precisam ser trabalhadas, enfrentadas, discutidas com o corpo discente. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008, não são para serem tratadas só em datas específicas, mas ao longo do ano, nos vários momentos escolares, as diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana orientam para reflexão sobre a educação das relações étnico-raciais, que significa a convivência permanente na sociedade com as relações inter étnico-racial. O livro propõe algo muito superficial, necessário adentrar mesmo na questão das relações e até do combate ao racismo, muitas vezes colocado como *bullying*.

Dado o exposto, fica claro que o processo para conscientização das pessoas sobre como o racismo ainda existe e é recorrente deve ser contínuo e constante. Principalmente num contexto educacional, pois muitas vezes em casa as crianças não têm acesso a esses conhecimentos, e nelas colocamos a esperança de um futuro melhor e livre de preconceitos de qualquer natureza. Conforme contribuiu Freire (2021), “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 2021, p. 40). Então, na formação de professores é importante destacar a educação para as relações étnico-raciais, pois trabalhar a identidade e diversidade implica olhar para origem de nossas famílias e a riqueza que representa, as influências das diversas culturas para formação do povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme supracitado, ainda precisamos que mesmo com os avanços já conquistados, que cada educador(a) tenha uma consciência crítica para que se mude o cenário hodierno de racismo no cotidiano escolar. Em que ainda prevalecem preconceitos com as características do outro, principalmente num recorte racial, devemos entender que trabalhar na perspectiva de uma educação antirracista no contexto escolar vai além dos dias 19 de Abril e 20 de Novembro. Estar atento aos conteúdos presentes no LD é importante para não perpetuar visões preconceituosas.

Deve-se ter na prática educadora, o processo de trabalhar as leis que abarcam as temáticas étnico-raciais de forma intrínseca no cotidiano escolar. Visto que, necessitamos de uma mudança urgente no cenário em que nossa sociedade ainda se encontra. A prática docente deve ser crítica e estar imersa constantemente num olhar voltado para a pesquisa e busca de melhorias na atuação em sala de aula reconhecendo e valorizando todas as formas de expressões das crianças de acolhimento e respeito a diversidade numa perspectiva de se construir uma educação antirracista.

Portanto, identificou-se que a imagem negra e indígena ganhou consideravelmente espaço nas páginas do livro didático de história. Um avanço alcançado graças a lei 10.639/2003 e 11.645/2008, que possibilita um direcionamento para uma educação antirracista, na qual a escola tem um papel importante, com suas práticas pedagógicas no chão de sala de aula. Com isso, verifica-se ainda que por se tratar de um estudo inicial dos livros didáticos de 1º ao 2º ano do fundamental I, é necessário continuar catalogando as evidências sobre as figuras indígena e negra no livro didático fornecido para os alunos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: março de 2018.

_____. **Lei Federal Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em julho de 2006.

_____. **Lei Federal Nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso em abril de 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Censo 2022. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 17 out. 2024.

CANDAU, Vera. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. Editora Vozes, 2ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

CHARLIER, Anna Maria; SIMIELLI, Maria Elena. Ápis História. 1º ano. Ensino Fundamental- Anos Iniciais. 2.ed. São Paulo: Ática, 2017a. Manual do professor.

CHARLIER, Anna Maria; SIMIELLI, Maria Elena. Ápis História. 2º ano. Ensino Fundamental- Anos Iniciais. 2.ed. São Paulo: Ática, 2017b. Manual do professor.

MENDES, Marcos Antônio Apolinário. SANTOS, Dulce Pereira dos. Uma reflexão da visão de Djamila Ribeiro e Sílvia de Almeida sobre o racismo. Montes Claros (MG): Revista Ciranda, 5(3), 329–333. Disponível em: < <https://doi.org/10.46551/259498102021050> >. Acesso em: 15 out. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 71a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.